

# **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **1. Informações gerais**

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Investluz S.A. (ambas as empresas do Grupo Endesa), concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais ocorreu em reunião de diretoria realizada em 12 de novembro de 2012.

## **2. Principais políticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Declaração de conformidade--Continuação**

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na imprensa oficial em 13 de abril de 2012, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM.

#### **2.2. Base de elaboração**

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

#### **2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As informações trimestrais são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das informações trimestrais da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação e a data das informações trimestrais são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4. Informações por segmento**

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

### **2.5. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

#### **2.5.1. Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Reconhecimento de receita--Continuação**

##### **2.5.2. Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

##### **2.5.3. Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### **2.6.1. Ativo financeiro**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

(a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

###### **2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

###### **2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários**

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência; sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas informações trimestrais.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

##### **2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.3. Passivos financeiros**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

#### 2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### **2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

#### **2.7. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap* cambial, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 32 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Ativo indenizável (concessão)**

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como “empréstimos e recebíveis” e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

#### **2.9. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.9. Imobilizado--Continuação**

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **2.10. Ativo intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, nº 611, de 22 de dezembro de 2009, e nº 654; de 28 de dezembro de 2010, que aprovam, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão ("OCPC 05").

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### **2.12. Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.12. Provisões--Continuação**

#### Geral--Continuação

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.13. Impostos**

#### **2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder a duzentos e quarenta mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.13. Impostos--Continuação**

##### **2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação**

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculo desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### **2.13.2. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.13. Impostos--Continuação**

##### **2.13.2. Impostos diferidos--Continuação**

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

#### **2.14. Taxas regulamentares**

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

##### **2.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR)**

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

##### **2.14.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14. Taxas regulamentares--Continuação**

##### **2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

##### **2.14.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

##### **2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

##### **2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

#### **2.16. Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

#### **2.17. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.18. Benefícios de aposentadoria pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 23.

#### **2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

##### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### Impostos--Continuação

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 23.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

|  | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------|------------|
| Caixa e contas correntes bancárias     | 20.357     | 18.129     |
| Aplicações financeiras                 | 129.661    | 169.347    |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 150.018    | 187.476    |

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

| Descrição                              | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------|------------|
| Fundos de investimentos exclusivos     | 128.811    | 167.600    |
| Total de fundos exclusivos             | 128.811    | 167.600    |
| Outras aplicações financeiras          |            |            |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | 562        | 527        |
| Fundo de investimento                  | 288        | 1.220      |
| Total de outras aplicações financeiras | 850        | 1.747      |
| Total de aplicações financeiras        | 129.661    | 169.347    |

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

### 5. Aplicações financeiras

|                                    | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Fundos de investimentos exclusivos |            |            |
| Títulos públicos                   | 140.150    | 100.721    |
| Operações compromissadas           | 112.382    | 34.739     |
| Outros                             | 9.974      | 5.264      |
| Total de aplicações financeiras    | 262.506    | 140.724    |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 5. Aplicações financeiras--Continuação

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está apresentada abaixo:

|  | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------|------------|
| Fundos de investimentos exclusivos             |            |            |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário         | 91.613     | 31.768     |
| Cotas de fundos de investimento                | 37.198     | 135.832    |
| Total classificados em equivalentes de caixa   | 128.811    | 167.600    |
| Títulos públicos                               | 140.150    | 100.721    |
| Operações compromissadas                       | 112.382    | 34.739     |
| Outros   | 9.974      | 5.264      |
| Total classificado como aplicações financeiras | 262.506    | 140.724    |
|  | 391.317    | 308.324    |

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários

#### a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| <b>Classe de consumidores</b>                     | <b>Vincendos</b> | <b>Vencidos até 90 dias</b> | <b>Vencidos há mais de 90 dias</b> | <b>30/09/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
|---|------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante  |                  |                             |                                    |                   |                   |
| Residencial                                       | 72.082           | 49.291                      | 20.037                             | 141.411           | 131.524           |
| Industrial  | 14.200           | 5.632                       | 3.890                              | 23.722            | 22.530            |
| Comercial   | 29.747           | 13.444                      | 8.379                              | 51.570            | 50.221            |
| Rural   | 18.633           | 6.965                       | 3.033                              | 28.631            | 26.791            |
| Poder público                                     | 19.684           | 5.298                       | 152                                | 25.134            | 25.223            |
| Iluminação pública                                | 2.069            | 906                         | 88                                 | 3.063             | 7.352             |
| Serviço público                                   | 7.700            | 316                         | -                                  | 8.016             | 7.312             |
| Subtotal  | 164.115          | 81.852                      | 35.579                             | 281.547           | 270.953           |
| Comercialização na CCEE                           |                  |                             |                                    |                   |                   |
| (b)   | 14.711           | -                           | -                                  | 14.711            | -                 |
| Encargo emergencial (c)                           | -                | -                           | 2.489                              | 2.489             | 2.475             |
| Créditos junto a clientes com ações judiciais (d) | -                | -                           | 59.849                             | 59.849            | 61.215            |
| Consumidores livres                               | 14.655           | -                           | -                                  | 14.655            | 10.210            |
| Parcelamento de débitos (e)                       | 18.848           | -                           | -                                  | 18.848            | 21.594            |
| Receita não faturada (f)                          | 123.770          | -                           | -                                  | 123.770           | 119.210           |
| Outros créditos                                   | 1.922            | 2.504                       | (213)                              | 4.213             | 17.179            |
| Subtotal  | 338.021          | 84.356                      | 97.704                             | 520.082           | 502.836           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a) |                  |                             |                                    | (91.810)          | (84.385)          |
| Total circulante                                  | 338.021          | 84.356                      | 97.704                             | 428.272           | 418.451           |
| Não circulante                                    |                  |                             |                                    |                   |                   |
| Comercialização na CCEE                           |                  |                             |                                    |                   |                   |
| (b)   | -                | -                           | 15.289                             | 15.289            | 15.289            |
| Parcelamento de débitos (e)                       | 8.785            | -                           | -                                  | 8.785             | 10.950            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a) | -                | -                           | -                                  | (1.343)           | (2.984)           |
| Total não circulante                              | 8.785            | -                           | 15.289                             | 22.731            | 23.255            |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte

|                                 |                        |
|---------------------------------|------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | (89.798)               |
| (Adições)/Reversões             | (11.856)               |
| Baixas                          | 14.285                 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <b>(87.369)</b>        |
| (Adições)/Reversões             | <b>(17.529)</b>        |
| Baixas                          | <b>11.745</b>          |
| Saldo em 30 de setembro 2012    | <b><u>(93.153)</u></b> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

#### b) Comercialização no âmbito da CCEE

| <u>Câmara de comercialização de energia elétrica</u> | <u>30/09/2012</u>    | <u>31/12/2011</u> |
|--|----------------------|-------------------|
| Valor em litígio - Liminares (*)                     | <b>12.917</b>        | 12.917            |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**)            | <b>2.372</b>         | 2.372             |
| Total  | <b><u>15.289</u></b> | <u>15.289</u>     |

(\*) O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(\*\*) O montante de R\$ 2.372, registrado no não circulante, referente à venda de energia efetuadas na liquidação financeira especial AES SUL (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento.

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

#### c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

#### d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 59.849 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 61.215 em 2011) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 20.559 (R\$ 21.612 em 2011) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 51.147 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 49.458 em 2011), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações

#### e) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. O prazo médio de faturamento é de 43 dias.

#### f) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 123.770 (R\$ 119.210 em 2011).

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **7. Consumidores de baixa renda**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às Distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de Baixa Renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas Resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 30 de setembro de 2012 é R\$ 58.589 (R\$ 26.551 em 2011), relativo às subvenções dos meses de agosto e de setembro de 2012, como também o saldo de R\$ 22.610 (38.760 em setembro de 2012) conforme a resolução homologatória nº 1.301, de 26 de junho de 2012, referentes aos recursos da CDE que a Eletrobras deverá repassar em duodécimos até o dia 10 de cada mês, relativo ao ajuste compensatório correspondente à reversão da "Previsão Subsídio Baixa Renda" concedida anteriormente e sua substituição pelos respectivos valores definitivos do subsídio.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 8. Tributos a compensar

|  | 30/09/2012 |                | 31/12/2011 |                |
|--|------------|----------------|------------|----------------|
|  | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda e contribuição social | 19.777     | -              | 13.957     | -              |
| ICMS                                   | 27.408     | 23.878         | 25.346     | 42.824         |
| ICMS parcelamento                      | 10.485     | 570            | 8.520      | 2.536          |
| PIS e COFINS                           | 4.748      | -              | 2.785      | -              |
| Outros tributos                        | 691        | -              | 810        | -              |
| Total de tributos a compensar          | 63.109     | 24.448         | 51.418     | 45.360         |

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

O saldo de ICMS refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

O saldo ICMS parcelamento ativo referem-se principalmente ao crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.055 e foram incluídos no parcelamento previsto no "REFIS do Ceará - 2009" através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 17.



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 9. Cauções e depósitos

| Instituição               | Tipo de Aplicação         | 30/09/2012 |                | 31/12/2011 |                |
|---------------------------|---------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
|                           |                           | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| BNB FI Curto Prazo        | Fundo de investimento     | -          | -              | -          | 54             |
| Bradesco Premium          | Fundo de investimento     | -          | 19.675         | -          | 18.560         |
| Itaú-Unibanco Previdência | Fundo de investimento     | -          | 41             | -          | 39             |
| Itaú-Unibanco TOP DI      | Fundo de investimento     | 24.742     | -              | 26.678     | -              |
| Bradesco                  | CDB                       | -          | 103            | -          | 98             |
| Itaú                      | CDB                       | -          | 568            | -          | 539            |
| Banco do Brasil           | CDB                       | -          | 8.853          | -          | 8.321          |
| BNB                       | CDB                       | -          | 18.493         | -          | 17.359         |
| Banco do Brasil           | Título do Tesouro dos EUA | -          | 4.442          | -          | 2.678          |
| Caixa                     | Caução                    | 320        | -              | 320        | -              |
| Outros                    |                           | -          | 20             | -          | 20             |
| Total                     |                           | 25.062     | 52.195         | 26.998     | 47.668         |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Itaú FI Unibanco TOP DI referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.

### 10. Benefício fiscal - ágio incorporado

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano  | Fator de amortização | Ano  | Fator de amortização | Ano  | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2012 | 0,03980              | 2019 | 0,02140              | 2026 | 0,01151              |
| 2013 | 0,03642              | 2020 | 0,01958              | 2027 | 0,1053               |
| 2014 | 0,03333              | 2021 | 0,01792              | -    | -                    |
| 2015 | 0,03051              | 2022 | 0,01640              | -    | -                    |
| 2016 | 0,02792              | 2023 | 0,01501              | -    | -                    |
| 2017 | 0,02555              | 2024 | 0,01374              | -    | -                    |
| 2018 | 0,02338              | 2025 | 0,01257              | -    | -                    |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação**

#### **Ágio de incorporação da controladora--Continuação**

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da Companhia (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de energia Elétrica - ANEEL, a Companhia, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da Companhia de cumprir as recomendações do Órgão Regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da Companhia para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da Companhia para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação

#### Ágio de incorporação da controladora--Continuação

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| <b>Benefício fiscal - ágio incorporado</b> | <b>30/09/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Ágio da incorporação                       | <b>775.960</b>    | 775.960           |
| Amortização acumulada                      | <b>(523.217)</b>  | (500.053)         |
| Provisão sobre o ágio                      | <b>(429.365)</b>  | (429.365)         |
| Reversão da provisão sobre o ágio          | <b>262.305</b>    | 247.017           |
| Saldo                                      | <b>85.683</b>     | 93.559            |
| Circulante                                 | <b>9.831</b>      | 10.500            |
| Não circulante                             | <b>75.852</b>     | 83.059            |
| <b>Reserva de capital</b>                  | <b>30/09/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
| Ágio da incorporação                       | <b>775.960</b>    | 775.960           |
| (-) Desdobramento e resgate de ações       | <b>(125.407)</b>  | (125.407)         |
| Provisão sobre o ágio                      | <b>(429.365)</b>  | (429.365)         |
| Saldo                                      | <b>221.188</b>    | 221.188           |

Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a reserva de ágio registrada no patrimônio líquido da Companhia foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 11. Outros créditos

|                              | 30/09/2012    | 31/12/2011    |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Alienação de bens e direitos | 1.591         | 1.641         |
| Convênios de arrecadação     | 6.574         | 6.041         |
| Serviços a terceiros         | 7.832         | 5.606         |
| Cheques devolvidos           | 767           | 788           |
| Créditos de fornecedores     | 6.039         | 6.206         |
| Adiantamentos a empregados   | 5.214         | 2.073         |
| Adiantamentos a fornecedores | 837           | 724           |
| Aluguel                      | 1.521         | 1.406         |
| Bônus residuo                | 984           | 802           |
| Serviços em curso            | 42.342        | 31.295        |
| Venda de bens                | 7.505         | -             |
| Outros                       | 6.239         | 3.347         |
| <b>Total</b>                 | <b>87.445</b> | <b>59.929</b> |
| Circulante                   | 84.363        | 59.649        |
| Não circulante               | 3.082         | 280           |

### 12. Tributos diferidos

A Companhia possui créditos fiscais diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

| Ativo   | Imposto de Renda |               | Contribuição Social |               | Total         |               |
|---|------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|---------------|
|   | 30/09/2012       | 31/12/2011    | 30/09/2012          | 31/12/2011    | 30/09/2012    | 31/12/2011    |
| Diferenças temporárias                                  |                  |               |                     |               |               |               |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 19.805           | 17.576        | 7.130               | 6.327         | 26.935        | 23.903        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa           | 23.288           | 21.842        | 8.384               | 7.863         | 31.672        | 29.705        |
| Provisão para obsolescência de estoque                  | 176              | 1.040         | 63                  | 374           | 239           | 1.414         |
| Despesa diferida PIS/COFINS                             | -                | 773           | -                   | 278           | -             | 1.051         |
| Perda plano de pensão                                   | 9.114            | 9.114         | 3.281               | 3.281         | 12.395        | 12.395        |
| Provisão ICMS   | -                | 878           | -                   | 316           | -             | 1.194         |
| Provisão Multa ARCE                                     | 1.433            | 1.520         | 516                 | 547           | 1.949         | 2.067         |
| Outras provisões  | 61               | 2.258         | 22                  | 813           | 83            | 3.071         |
| <b>Total</b>  | <b>53.877</b>    | <b>55.001</b> | <b>19.396</b>       | <b>19.799</b> | <b>73.273</b> | <b>74.800</b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12. Tributos diferidos--Continuação

| Passivo  | Imposto de Renda |            | Contribuição Social |            | Total      |            |
|--|------------------|------------|---------------------|------------|------------|------------|
|  | 30/09/2012       | 31/12/2011 | 30/09/2012          | 31/12/2011 | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
| Diferenças temporárias                                 |                  |            |                     |            |            |            |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | 935              | 1.088      | 1.728               | 1.923      | 2.663      | 3.011      |
| Desreconhecimento de passivo regulatório               | 81.550           | 36.956     | 27.023              | 10.969     | 108.573    | 47.925     |
| Atuarial - Fundo de pensão                             |                  |            |                     |            |            |            |
| Ativo indenizável (concessão)                          | 1.262            | 1.903      | 2.567               | 1.024      | 3.829      | 2.927      |
| Total  | 83.747           | 39.947     | 31.318              | 13.916     | 115.065    | 53.863     |

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

|                                    | Ativo    | Passivo  |
|------------------------------------|----------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010    | 73.585   | 26.908   |
| Adições do resultado do exercício  | 35.073   | 60.174   |
| Reduções do resultado do exercício | (33.858) | (33.219) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011    | 74.800   | 53.863   |
| Adições do resultado do exercício  | 5.777    | 73.160   |
| Reduções do resultado do exercício | (7.304)  | (11.958) |
| Saldo em 30 de setembro de 2012    | 73.273   | 115.065  |

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

| Ano de realização | Montante a realizar<br>30/09/2012 | Montante a realizar<br>31/12/2011 |
|-------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 2012              | 7.442                             | 13.346                            |
| 2013              | 5.919                             | 5.673                             |
| 2014              | 5.919                             | 5.673                             |
| 2015              | 5.919                             | 5.673                             |
| 2016 a 2018       | 17.756                            | 17.020                            |
| 2019 a 2021       | 30.318                            | 27.415                            |
| Total             | 73.273                            | 74.800                            |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12. Tributos diferidos--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

### 13. Depósitos vinculados a litígios

|              | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--------------|------------|------------|
| Trabalhistas | 26.945     | 26.747     |
| Cíveis       | 16.533     | 14.180     |
| Fiscais      | 6.220      | 5.149      |
| Total        | 49.698     | 46.076     |

### 14. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 - ANEEL, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELCE (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação**

- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro da concessão será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação**

#### **Medida Provisória nº 579**

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências..

A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 1995 poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

É entendimento da Companhia que a referida Medida Provisória se aplica às concessões vincendas entre 2015 e 2017. Pelo fato de que a Companhia possui concessão vincenda em 2028, os efeitos desta medida provisória naquela data, ou possíveis alterações em seu texto, mesmo após promulgada a Lei, não podem ser estimadas ou mesmo classificadas como aplicáveis neste momento.

Caso aplicável à Companhia, alguns dos principais efeitos seriam: (i) a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL. A Companhia adota o valor residual contábil como metodologia para cálculo do valor indenizatório e como consequência como valor para cálculo dos efeitos da adoção da Interpretação Técnica ICPC01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão; (ii) Mudança da taxa de retorno utilizada para cálculo do ativo financeiro em virtude da prorrogação da concessão.



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável está assim apresentada:

|  |                |
|--|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010          | 110.875        |
| Transferências do ativo intangível       | 84.495         |
| Receitas financeiras - ativo indenizável | 8.610          |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011          | <b>203.980</b> |
| Transferências do ativo intangível       | <b>223.634</b> |
| Receitas financeiras - ativo indenizável | <b>2.650</b>   |
| Saldo em 30 de setembro de 2012          | <b>430.264</b> |

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

### 15. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

|                             |           |                       |                      | 30/09/2012    | 31/12/2011    |
|-----------------------------|-----------|-----------------------|----------------------|---------------|---------------|
|                             | Custo     | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido | Valor líquido |
| Em Serviço                  |           |                       |                      |               |               |
| Direito de uso da concessão | 3.593.488 | (1.505.979)           | (618.008)            | 1.469.501     | 1.666.057     |
| Software                    | 74.631    | (67.430)              | -                    | 7.201         | 5.057         |
| Em Curso                    |           |                       |                      |               |               |
| Direito de uso da concessão | 347.567   | -                     | (178.206)            | 169.361       | 170.369       |
| Software                    | 15.319    | -                     | -                    | 15.319        | 20.871        |
| Total                       | 4.031.005 | (1.573.409)           | (796.214)            | 1.661.382     | 1.862.354     |

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 15. Intangível--Continuação

|   | Em serviço |                       |                      |               | Em curso  |                      |               |           |
|---|------------|-----------------------|----------------------|---------------|-----------|----------------------|---------------|-----------|
|   | Custo      | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido | Custo     | Obrigações especiais | Valor líquido | Total     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010         | 3.556.669  | (1.345.136)           | (656.220)            | 1.555.313     | 390.501   | (36.220)             | 354.281       | 1.909.594 |
| Adições                                 | -          | -                     | -                    | -             | 291.259   | (120.755)            | 170.504       | 170.504   |
| Baixas                                  | (32.586)   | 26.631                | -                    | (5.955)       | -         | -                    | -             | (5.955)   |
| Amortização                             | -          | (160.504)             | 33.210               | (127.294)     | -         | -                    | -             | (127.294) |
| Transferências                          | 343.693    | -                     | (10.148)             | 333.545       | (343.693) | 10.148               | (333.545)     | -         |
| Transferências para o ativo indenizável | (84.495)   | -                     | -                    | (84.495)      | -         | -                    | -             | (84.495)  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011         | 3.783.281  | (1.479.009)           | (633.158)            | 1.671.114     | 338.067   | (146.827)            | 191.240       | 1.862.354 |
| Adições                                 | -          | -                     | -                    | -             | 147.382   | (38.747)             | 108.635       | 108.635   |
| Baixas                                  | (14.091)   | 10.044                | -                    | (4.047)       | -         | -                    | -             | (4.047)   |
| Amortização                             | -          | (104.444)             | 22.518               | (81.926)      | -         | -                    | -             | (81.926)  |
| Transferências                          | 122.563    | -                     | (7.368)              | 115.195       | (122.563) | 7.368                | (115.195)     | -         |
| Transferências para o ativo indenizável | (223.634)  | -                     | -                    | (223.634)     | -         | -                    | -             | (223.634) |
| Saldo em 30 de setembro de 2012         | 3.668.119  | (1.573.409)           | (618.008)            | 1.476.702     | 362.886   | (178.206)            | 184.680       | 1.661.382 |

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão, conforme divulgado na Nota 14.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 22 e 23 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 27 e 28 anos, com média de 27 anos, o que corresponde ao acréscimo de 5 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, até 30 de setembro de 2012, na reclassificação de R\$ 277.361 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

#### **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Esta conta contábil, denominada de Obrigações vinculadas à concessão, está sendo amortizada, a partir do 2º ciclo, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,46% a.a.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

#### **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica--Continuação**

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

#### **Programa de universalização**

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013, como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do Programa Luz Para Todos, a Companhia optou por antecipar as metas de universalização.

#### **Programa Luz Para Todos**

Em 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado "Programa Luz Para Todos", destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

#### **Programa Luz Para Todos--Continuação**

De acordo com o artigo 2º, do Decreto, os recursos necessários para suportar o Programa serão oriundos da CDE - Conta do Desenvolvimento Energético, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da RGR - Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, da participação dos Estados e Municípios e das Concessionárias ou Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e será operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e das empresas que compõem o Sistema Eletrobras.

Os investimentos realizados até 30 de setembro de 2012 totalizaram o montante de R\$7.871 (R\$77.554 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011). As conexões realizadas até 30 de setembro de 2012 totalizaram 2.399 (15.353 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Através do Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, o Governo Federal prorrogou o Programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014, a pesar do Estado do Ceará atender aos critérios discriminados neste decreto, a Companhia em princípio não foi incluída no Programa do Governo PAC 2 (Programa de aceleração do crescimento) no período 2011 a 2014.

Através do Decreto Presidencial nº 7.656 de 23 de dezembro de 2011, o Governo modificou o decreto nº 7.520 ficando seu artigo nº 1 a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º- A. Os contratos celebrados na forma do disposto no § 1º do art. 1º do Decreto no 4.873, de 11 de novembro de 2003, cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2011, poderão ser incluídos no Programa “Luz para Todos”, para o período de 2011 a 2014. Neste caso a Companhia será incluída em função do contrato ECFS-310-A/2011 se encontrar em 31 de dezembro de 2011 em operação.

Em março de 2012 atendendo solicitação da Coelce, o Ministério de Minas e Energia aprovou a prorroga do Programa Luz para Todos para o Estado do Ceará até 31.12.2012, pelo que o contrato original ECFS-310/2010 transformou-se em ECFS-310-B/2012 que foi distribuído pela Eletrobrás em setembro de 2012, depois de atender as exigências regulamentares.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 15. Intangível--Continuação

#### Avaliação do grau de recuperação

A Administração da Companhia realizou uma análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos no CPC 01, bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização.

### 16. Fornecedores

|  | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------|------------|
| Suprimento e transporte de energia                     |            |            |
| Geradoras - Energia Livre                              | 5.089      | 4.771      |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf             | 10.891     | 11.384     |
| Furnas Centrais Elétricas S/A                          | 16.886     | 13.008     |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP                | 7.698      | 5.754      |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 5.064      | 4.437      |
| Copel Geração S.A- COPEL                               | 4.636      | 3.349      |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A                      | 4.700      | 3.831      |
| Duke Energy Inter. Ger. Parapanema                     | 1.582      | 1.182      |
| CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica          | 1.113      | 1.069      |
| Tractebel Energia S. A.                                | 2.881      | 2.438      |
| Encargo de Uso da Rede                                 | 14.877     | 12.442     |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE   | 13.276     | 3.567      |
| Contratos por Disponibilidade/Quantidade               | 36.793     | 18.607     |
| Outros fornecedores                                    | 21.177     | 20.007     |
| Materiais e serviços                                   | 28.653     | 78.816     |
| Total  | 175.316    | 184.662    |
| Circulante   | 170.227    | 179.891    |
| Não circulante   | 5.089      | 4.771      |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 17. Obrigações fiscais

|   | 30/09/2012    |                |               | 31/12/2011     |                |                |
|---|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
|   | Circulante    | Não circulante | Total         | Circulante     | Não circulante | Total          |
| Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL          | 4.861         | -              | 4.861         | -              | -              | -              |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS     | 52.278        | -              | 52.278        | 89.148         | -              | 89.148         |
| REFIS - Parcelamento ICMS                                     | 3.522         | -              | 3.522         | 3.830          | 2.474          | 6.304          |
| REFIS IV - Federal (Previdenciário)                           | 1.576         | 17.469         | 19.045        | 1.650          | 19.530         | 21.180         |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 9.837         | -              | 9.837         | 13.307         | -              | 13.307         |
| Programa de integração social - PIS                           | 2.105         | -              | 2.105         | 2.890          | -              | 2.890          |
| Imposto sobre serviços - ISS                                  | 2.326         | -              | 2.326         | 3.031          | -              | 3.031          |
| PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)                       | 1.152         | -              | 1.152         | 1.914          | -              | 1.914          |
| Outros tributos e contribuições                               | 3.291         | -              | 3.291         | 7.538          | -              | 7.538          |
| <b>Total</b>  | <b>80.948</b> | <b>17.469</b>  | <b>98.417</b> | <b>123.308</b> | <b>22.004</b>  | <b>145.312</b> |

A movimentação dos saldos de parcelamento especial está demonstrada a seguir:

|                         | 30/09/2012    |              |               | 31/12/2011    |              |               |
|-------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
|                         | REFIS         | REFERJ       | Total         | REFIS         | REFERJ       | Total         |
| Saldo inicial           | 21.181        | 6.304        | 27.485        | 17.010        | 10.024       | 27.034        |
| (-) Pagamentos          | (3.191)       | (3.512)      | (6.703)       | (1.020)       | (4.465)      | (5.485)       |
| (+) Atualização         | 1.055         | 730          | 1.785         | 5.190         | 745          | 5.935         |
| <b>Saldo final</b>      | <b>19.045</b> | <b>3.522</b> | <b>22.567</b> | <b>21.180</b> | <b>6.304</b> | <b>27.484</b> |
| Circulante              | 1.576         | 3.522        | 5.098         | 1.650         | 3.830        | 5.480         |
| Não circulante          | 17.469        | -            | 17.469        | 19.530        | 2.474        | 22.004        |
| <b>Total do passivo</b> | <b>19.045</b> | <b>3.522</b> | <b>22.567</b> | <b>21.180</b> | <b>6.304</b> | <b>27.484</b> |

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 11.941/2009 ("REFIS IV"), na modalidade "Débitos Administrados pela RFB - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Previdenciários", sendo providenciado o pagamento da 1ª parcela na mesma data.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **17. Obrigações fiscais--Continuação**

Foram somente débitos previdenciários, tanto os controlados nos Autos de Infração n°s 35.863.572-1, 35.863.573-0 e nas NFLDs n°s 35.784.931-0, 35.784.934-5, 35.784.936-1, 35.784.937-0, 35.784.939-6, 35.784.940-0, 35.784.943-4, 35.784.944-2, 35.784.947-7, 35.784.949-3, 35.784.950-7, 35.784.933-7, 35.784.935-3, 35.784.938-8, 35.784.941-8, 35.784.942-6, 35.784.945-0 e 35.784.948-5, bem como valores espontaneamente confessados a título de "Contribuição ao INCRA" de fevereiro/2005 a outubro/2008. O montante total da dívida desses processos administrativos e débito espontaneamente confessado, incluídos no "REFIS IV", perfaziam originalmente o valor de R\$ 33.129. Tal valor foi alterado pelos seguintes motivos:

- a) ao se aplicar o prazo decadencial do lançamento de contribuições previdenciárias (Súmula Vinculante do STF n° 08 c/c art. 103-A da Constituição Federal de 1988, arts. 100, I e 150, §4° do CTN e Parecer Normativo PGFN/CAT n° 1.617/2008), o montante foi reduzido para R\$ 24.237 (principal de R\$ 10.727, multas de R\$ 2.633 e juros de R\$ 10.877);
- b) em sequência, ao se aplicar os benefícios do "REFIS IV" para a modalidade de "pagamento em 30 (trinta) parcelas", o montante foi reduzido para R\$ 17.566, sendo de principal R\$ 10.727, multas de R\$ 313 e juros de R\$ 6.526;
- c) decisões exaradas na via administrativa, de modo que o montante foi reduzido para R\$ 17.436, sendo de principal R\$ 10.702, multas de R\$ 312 e juros de R\$ 6.421.

As parcelas mensais do parcelamento são contadas desde 30/11/2009, vencendo a cada último dia útil do mês-calendário e sofrem correção pela Taxa SELIC acumulada desde novembro/2009.

Nesses termos, conforme previsão legal, em 30 de junho de 2011, consolidou-se o "REFIS IV" e optou-se pela modalidade de pagamento do débito em 180 meses. Em decorrência dessa opção, o valor consolidado total passou de R\$ 17.436 para R\$ 19.817. O saldo do parcelamento em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 19.045, sendo R\$ 1.576 registrados no passivo circulante e R\$ 17.469 no não circulante.



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **17. Obrigações fiscais--Continuação**

Ressalve-se que conforme a Lei nº 11.941/2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02/2011, é possível a antecipação total do saldo do valor parcelado, aplicando-lhe os benefícios adicionais da modalidade de pagamento “à vista”, o que implicaria em adicional redução do montante total da dívida.

Por fim, a Lei nº 11.941/2009 impõem como condição essencial para a manutenção da opção pelo “REFIS IV” somente o pagamento regular das parcelas do próprio parcelamento (máximo atraso de duas parcelas vencidas no seu curso ou de uma parcela vencida quando pagas todas as demais), não havendo conhecimento de qualquer risco iminente de perda desse regime especial de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2009 a concessionária protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu “pedido de opção” pelo “REFIS do Ceará - 2009” de acordo com a Lei nº 14.505 de 18 de Novembro de 2009, conforme protocolo nº 096.40951-7 e Termo de Concessão nº 197588.

O montante da dívida incluída no REFIS-CE foi de R\$ 57.121, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 12.807 e juros de R\$ 30.381, proveniente de débitos fiscais junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ. Com a anistia, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 14.048, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 48 e juros de R\$ 67. Foi realizado o pagamento à vista no valor de R\$ 138, referente ao pedido de pagamento parcial dos Autos de Infração nºs 2006.25711-6 e 2005.21894-3 conforme protocolo nº 096.40951-7. Para os demais valores foi concedido o parcelamento através do Termo de Concessão nº 197588 a ser amortizado em 45 parcelas mensais e sucessivas com os devidos acréscimos previstos na referida lei e com vencimento da primeira parcela em 30 de dezembro de 2009 e as demais a cada 30 dias devidamente corrigidas pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor. Desses R\$ 14.048, R\$ 11.055 é matéria de crédito conforme Nota 8.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

| Moeda estrangeira  | 30/09/2012 |                      |                          | 31/12/2011 |                      |                          |
|--|------------|----------------------|--------------------------|------------|----------------------|--------------------------|
|  | Encargos   | Principal Circulante | Principal Não circulante | Encargos   | Principal Circulante | Principal Não circulante |
| União Federal - Bônus de Capitalização (i)               | 21         | 283                  | 283                      | 11         | 261                  | 391                      |
| União Federal - Bônus de Desconto (i)                    | 19         | -                    | 2.317                    | 7          | -                    | 2.141                    |
| União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)         | -          | -                    | -                        | 1          | 146                  | -                        |
| União Federal - Bônus ao Par (i)                         | 94         | -                    | 3.320                    | 40         | -                    | 3.067                    |
| Banco Europeu de Investimentos (ii)                      | -          | -                    | -                        | 661        | 15.632               | -                        |
| Total moeda estrangeira                                  | 134        | 283                  | 5.920                    | 720        | 16.039               | 5.599                    |
| Moeda nacional:  |            |                      |                          |            |                      |                          |
| Eletrobras (iii)   | -          | 14.358               | 77.536                   | 17         | 15.647               | 83.477                   |
| União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv) | 4          | 280                  | 151                      | 5          | 259                  | 362                      |
| União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)              | 134        | 10.631               | 5.735                    | 183        | 9.308                | 13.040                   |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)                        | 11         | 5.271                | 2.196                    | 18         | 5.048                | 5.889                    |
| Banco do Nordeste - FNE (v)                              | 278        | 29.398               | 113.640                  | 299        | 30.369               | 132.179                  |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)                    | 351        | 49.106               | 61.382                   | 605        | 49.105               | 98.212                   |
| BNDES PEC (vii)  | 35         | 9.310                | -                        | 147        | 27.936               | 2.327                    |
| Total moeda nacional                                     | 813        | 118.354              | 260.640                  | 1.274      | 137.672              | 335.486                  |
| Custos de transação                                      | -          | (311)                | (257)                    | -          | (364)                | (476)                    |
| Total moeda nacional líquido dos custos de transação     | 813        | 118.043              | 260.383                  | 1.274      | 137.308              | 335.010                  |
| Total sem efeito do swap                                 | 947        | 118.326              | 266.303                  | 1.994      | 153.347              | 340.609                  |
| Resultado das operações de swap                          | -          | -                    | -                        | -          | 10.819               | -                        |
| Total de empréstimos e financiamentos                    | 947        | 118.326              | 266.303                  | 1.994      | 164.166              | 340.609                  |

|  | Início     | Vencimento | Tipo de amortização | Garantias                       | Encargos Financeiros       |
|--|------------|------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Moeda estrangeira  |            |            |                     |                                 |                            |
| União Federal - Bônus de Capitalização (i)               | 15/08/1997 | 10/04/2014 | Semestral           | Recebíveis e conta reserva      | USD + 8,2% a.a.            |
| União Federal - Bônus de Desconto (i)                    | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao final            | Recebíveis e conta reserva      | USD + Libor + 1,0125% a.a. |
| União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)         | 15/08/1997 | 12/04/2012 | Semestral           | Recebíveis e conta reserva      | USD + Libor + 1,075% a.a.  |
| União Federal - Bônus ao Par (i)                         | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao final            | Recebíveis e conta reserva      | USD + 6,2% a.a.            |
| Banco Europeu de Investimentos (ii)                      | 28/05/2002 | 15/06/2012 | Anual               | Fiança bancária                 | USD + 5,49% a.a.           |
| Moeda nacional   |            |            |                     |                                 |                            |
| Eletrobras (iii)   | 3/03/2000  | 30/09/2023 | Mensal              | Recebíveis e nota promissória   | 6,95% a.a.                 |
| União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv) | 30/06/1994 | 1/03/2014  | Mensal              | recebíveis                      | TR + 10,028% a.a.          |
| União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)              | 30/06/1994 | 1/03/2014  | Mensal              | recebíveis                      | IGPM + 10,028% a.a.        |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)                        | 23/01/2007 | 18/02/2014 | Mensal              | Fiança bancária                 | TJLP + 4,5% a.a.           |
| Banco do Nordeste - FNE (v)                              | 29/12/2004 | 15/03/2019 | Mensal              | Fiança bancária e conta reserva | 10% a.a.                   |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)                    | 28/04/2008 | 15/12/2014 | Mensal              | Recebíveis e conta reserva      | TJLP + 3,7% a.a.           |
| BNDES PEC (vii)  | 15/01/2010 | 15/01/2013 | Mensal              | -                               | TJLP + 5,5% a.a.           |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

- (i) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).
- (ii) Banco Europeu de Investimentos – (BEI) - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação foi liquidada em 15 de Junho 2012.
- (iii) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (iv) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (v) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A Companhia celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (vi) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia contratado em 28 de abril de 2008, no montante total de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.
- (vii) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Na operação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contratado em 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir certas obrigações, durante a vigência do contrato, as quais foram adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2012, quais sejam:

| Obrigações especiais financeiras  | Banco       | Índice |
|---|-------------|--------|
| Dívida (com swap e fornecedores)/Ativo total (máximo)   | BEI         | 0,7    |
| LAJIDA/Encargos da dívida (mínimo)  | BEI         | 3,0    |
| Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)  | BNDES/FINEM | 3,5    |
| Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo) | BNDES/FINEM | 0,6    |

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

|           | 30/09/2012     | 31/12/2011     |
|-----------|----------------|----------------|
| 2013      | 34.451         | 114.215        |
| 2014      | 117.170        | 116.518        |
| 2015      | 21.337         | 20.889         |
| 2016      | 21.065         | 20.616         |
| 2017      | 20.246         | 19.798         |
| Após 2017 | 52.291         | 49.049         |
|           | <b>266.560</b> | <b>341.085</b> |

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (sem os efeitos de custos de transação):

| Moeda (equivalente em R\$)/Indexador | 30/09/2012     | %             | 31/12/2011     | %             |
|--------------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira                    |                |               |                |               |
| Dólares norte-americano              | 6.337          | 100,00        | 22.358         | 100,00        |
| Moeda nacional                       |                |               |                |               |
| IGP-M                                | 16.500         | 4,34          | 22.531         | 4,75          |
| TJLP                                 | 127.662        | 33,61         | 189.287        | 39,90         |
| CDI                                  | -              | -             | -              | -             |
| RGR                                  | 91.894         | 24,20         | 99.141         | 20,90         |
| TR                                   | 435            | 0,12          | 626            | 0,13          |
| R\$ Fixo                             | 143.316        | 37,73         | 162.847        | 34,32         |
|                                      | <b>379.807</b> | <b>100,00</b> | <b>474.432</b> | <b>100,00</b> |
| Total moeda nacional                 | <b>386.144</b> |               | <b>496.790</b> |               |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia mantém contrato de swap para o empréstimo em moeda estrangeira do BEI, trocando a remuneração desse contrato para taxa pós-fixada de 98,80% do CDI. Quanto aos contratos de DMLP - dívida de médio e longo prazo, com variação em moeda estrangeira contratado com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não está vinculado a contratos de swap. Apesar da exposição cambial deste contrato de DMLP, o percentual de exposição cambial está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da Companhia, representando apenas 1,64% da dívida total, na posição de 30 de setembro de 2012.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

| Moeda/Indexador       | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|-----------------------|------------|------------|
| Dólar norte-americano | 8,25%      | 12,58%     |
| INPC                  | 4,11%      | 6,08%      |
| IPCA                  | 3,77%      | 6,50%      |
| IGP-M                 | 7,09%      | 5,10%      |
| TJLP                  | 4,34%      | 6,00%      |
| CDI                   | 6,59%      | 11,64%     |
| TR                    | 0,29%      | 1,21%      |
| Libor                 | 0,72%      | 0,47%      |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

|                                 | Moeda nacional |                | Moeda estrangeira |                |
|---------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
|                                 | Circulante     | Não circulante | Circulante        | Não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 135.811        | 388.809        | 26.690            | 29.402         |
| Captações                       | 4.155          | 79.416         | -                 | -              |
| Encargos provisionados          | 42.730         | -              | 1.552             | -              |
| Encargos pagos                  | (42.410)       | -              | (10.065)          | -              |
| Variação monetária e cambial    | -              | 2.327          | -                 | 1.739          |
| Transferências                  | 135.066        | (135.066)      | 26.408            | (26.408)       |
| Resultado swap                  | -              | -              | 1.771             | 867            |
| Amortizações                    | (136.406)      | -              | (18.778)          | -              |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 138.946        | 335.486        | 27.578            | 5.600          |
| Captações                       | -              | 4.531          | -                 | -              |
| Encargos provisionados          | 25.496         | -              | 398               | -              |
| Encargos pagos                  | (25.958)       | -              | (9.752)           | -              |
| Variação monetária e cambial    | -              | 1.462          | -                 | 2.151          |
| Transferências                  | 80.839         | (80.839)       | 1.831             | (1.831)        |
| Resultado swap                  | -              | -              | (731)             | -              |
| Amortizações                    | (100.156)      | -              | (18.907)          | -              |
| Saldo em 30 de setembro de 2012 | 119.167        | 260.640        | 417               | 5.920          |

### 19. Debêntures

|                        | 30/09/2012    |                |                | 31/12/2011    |                |                |
|------------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
|                        | Principal     |                | Encargos       | Principal     |                | Encargos       |
|                        | Circulante    | Não circulante |                | Circulante    | Não circulante |                |
| 2ª Série 2ª Emissão    | 1.873         | 61.097         | 61.097         | 5.985         | 58.937         | 117.875        |
| 1ª Série 3ª Emissão    | 4.297         | -              | 104.000        | 2.517         | -              | 104.000        |
| 2ª Série 3ª Emissão    | 20.316        | -              | 310.573        | 4.124         | -              | 299.580        |
| (-) Custo de transação | -             | (1.159)        | (2.041)        | -             | (1.423)        | (2.918)        |
|                        | <u>26.486</u> | <u>59.938</u>  | <u>473.629</u> | <u>12.626</u> | <u>57.514</u>  | <u>518.537</u> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

Mutação de debêntures:

|                                     | <b>Circulante</b> | <b>Não circulante</b> |
|-------------------------------------|-------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010     | 99.331            | 164.071               |
| Captação                            | -                 | 400.000               |
| Correção monetária                  | -                 | 14.307                |
| Amortizações                        | (90.500)          | -                     |
| Transferências                      | 58.938            | (58.938)              |
| Encargos provisionados              | 25.872            | -                     |
| Encargos pagos                      | (23.675)          | -                     |
| Custo de transação                  | (494)             | (1.894)               |
| Transferência do custo de transação | (991)             | 991                   |
| Apropriação do custo de transação   | 1.659             | -                     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011     | 70.140            | 518.537               |
| Captação                            | -                 | -                     |
| Correção monetária                  | -                 | 16.824                |
| Amortizações                        | (60.449)          | -                     |
| Transferências                      | 62.609            | (62.609)              |
| Encargos provisionados              | 33.297            | -                     |
| Encargos pagos                      | (19.437)          | -                     |
| Transferência do custo de transação | (877)             | 877                   |
| Apropriação do custo de transação   | 1.141             | -                     |
| Saldo em 30 de setembro de 2012     | 86.424            | 473.629               |

Características das emissões:

| <b>Características</b> | <b>1ª Série</b>  | <b>2ª Série</b>  |
|------------------------|--|--|
| Conversibilidade       | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      |
| Espécie                | Quirografia  | Quirografia  |
| Tipo e forma           | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos  | 9.050 debêntures simples   | 15.450 debêntures simples  |
| Valor nominal          | R\$ 10.000,00  | R\$ 10.000,00  |
| Data de emissão        | 15 de julho de 2009  | 15 de julho de 2009  |
| Vencimento inicial     | 15 de julho de 2011  | 15 de julho de 2012  |
| Vencimento final       | 15 de julho de 2011  | 15 de julho de 2014  |
| Atualização monetária  | Sem atualização  | IPCA   |
| Repactuação            | Não haverá   | Não haverá   |
| Remuneração            | CDI+0,95%aa  | 7,5%aa   |
| Exigibilidade de juros | Semestral  | Anual  |
| Amortizações           | Parcela única  | Em três parcelas anuais  |
| Data das amortizações  | 2011   | 2012, 2013 e 2014  |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

| Características        | 1ª Série   | 2ª Série   |
|------------------------|--|--|
| Convertibilidade       | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      |
| Espécie                | Quirografia  | Quirografia  |
| Tipo e forma           | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos  | 10.400 debêntures simples  | 29.600 debêntures simples  |
| Valor nominal          | R\$ 10.000,00  | R\$ 10.000,00  |
| Data de emissão        | 15 de outubro de 2011  | 15 de outubro de 2011  |
| Vencimento inicial     | 15 de outubro de 2015  | 15 de outubro de 2016  |
| Vencimento final       | 15 de outubro de 2016  | 15 de outubro de 2018  |
| Atualização monetária  | Sem atualização  | IPCA   |
| Repactuação            | Não haverá   | Não haverá   |
| Remuneração            | CDI+0,97%aa  | 6,85%aa  |
| Exigibilidade de juros | Semestral  | Anual  |
| Amortizações           | Em duas parcelas Anuais  | Em três parcelas anuais  |
| Data das amortizações  | 2015 e 2016  | 2016, 2017 e 2018  |

#### 2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Até 30 de setembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

#### 3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

| Obrigações especiais financeiras           | Índice |
|--|--------|
| Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)  | 2,50   |
| EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo) | 2,75   |

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

|                        | 2013  | 2014   | 2015   | 2016    | Após 2016 | Total   |
|------------------------|-------|--------|--------|---------|-----------|---------|
| 2ª série - 2ª emissão  | -     | 61.097 | -      | -       | -         | 61.097  |
| 1ª série - 3ª emissão  | -     | -      | 52.000 | 52.000  | -         | 104.000 |
| 2ª série - 3ª emissão  | -     | -      | -      | 103.514 | 207.058   | 310.572 |
| (-) Custo de transação | (192) | (650)  | (377)  | (357)   | (464)     | (2.040) |
| Total a amortizar      | (192) | 60.447 | 51.623 | 155.157 | 206.594   | 473.629 |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza, totais das transações e efeitos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

| Empresas   | Ref   | Natureza da operação | 30/09/2012         |                        |         |                    | 31/12/2011 |                    | 30/09/2011             |         |                    |            |
|--|-------|----------------------|--------------------|------------------------|---------|--------------------|------------|--------------------|------------------------|---------|--------------------|------------|
|  |       |                      | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa | Receita financeira | Intangível | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa | Receita financeira | Intangível |
|  |       |                      |                    |                        |         |                    |            |                    |                        |         |                    |            |
| Central Geradora Termelétrica S.A. - CGTF        | (a.1) | Compra de Energia    | 72.506             | -                      | 346.554 | -                  | -          | 69.428             | -                      | 350.453 | -                  | -          |
| Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA | (a.2) | Compra de Energia    | 453                | -                      | 2.777   | -                  | -          | 453                | -                      | 2.777   | -                  | -          |
| CIEN - Companhia de Interconexão Energética      |       | Encargo de Uso       | 306                | -                      | 1.923   | -                  | -          | 259                | -                      | 1.088   | -                  | -          |
| Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE      | (b.1) | Confissão de dívida  | 11.874             | 11.874                 | -       | -                  | -          | 11.418             | 23.946                 | -       | -                  | -          |
| Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE      | (b.2) | Plano de pensão      | 783                | -                      | 4.544   | -                  | 534        | 852                | -                      | 3.888   | -                  | 495        |
|  |       |                      | 85.922             | 11.874                 | 355.798 | -                  | 534        | 82.410             | 23.946                 | 358.206 | -                  | 495        |
| (-) Dívida FAELCE                                |       |                      | 11.874             | 11.874                 | -       | -                  | -          | 11.418             | -                      | -       | -                  | -          |
| Parte relacionadas                               |       |                      | 74.048             | -                      | -       | -                  | -          | 70.992             | -                      | -       | -                  | -          |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **20. Partes relacionadas--Continuação**

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Compra de energia

a.1) Central Geradora Termelétrica S.A. - CGTF

Em 31 de agosto de 2001, a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF") celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica de quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por período de 20 anos, iniciado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente as garantias deste contrato são:

- ▶ Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças - firmado com o Banco Bradesco S.A., relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) Contrato Bilateral assinado entre a Companhia e CGTF; e
- ▶ Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória - firmado com União de Bancos Brasileiros S.A., relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da CGTF.

O contrato com a CGTF foi firmado conforme condições regulamentares e devidamente homologado pela ANEEL.

O total dos gastos no exercício com este contrato montou, até 30 de setembro de 2012, em R\$ 346.554 (R\$ 350.453 até 30 de setembro de 2011).

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **20. Partes relacionadas--Continuação**

#### **a) Compra de energia--Continuação**

##### **a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA**

A Companhia participou do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005.

O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1 de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MWMédios.

Até 30 de setembro de 2012 esse contrato totalizou um montante de R\$ 2.777 (R\$ 2.777 até 30 de setembro de 2011) em gastos com energia elétrica.

#### **b) Obrigações com plano de pensão**

##### **b.1) Contrato de dívida - FAELCE**

A Companhia é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE.

Em 30 de junho de 1999 a Companhia celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **20. Partes relacionadas--Continuação**

#### **b) Obrigações com plano de pensão--Continuação**

##### **b.1) Contrato de dívida - FAELCE--Continuação**

Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 30 de setembro de 2012 a Companhia amortizou 10 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 23.748.

Em garantia da operação, a Companhia cedeu à FAELCE os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A FAELCE poderá sacar da conta corrente bancária da Companhia, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da Companhia, se lhe convier.

##### **b.2) Plano de pensão - FAELCE**

A Companhia, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida".

O total de gastos em 30 de setembro de 2012 foi R\$ 5.078(R\$ 6.732 em setembro 2011) sendo R\$ 4.544 (R\$ 6.068 em 2011) como despesa operacional do resultado da Companhia e R\$ 534 (R\$ 664 em 2011) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo corresponde ao valor da contribuição da Companhia (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 23.

A Endesa Cachoeira - CDSA, e a Endesa Fortaleza - CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores. A FAELCE é administradora do Fundo de Pensão dos funcionários da Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### b) Obrigações com plano de pensão--Continuação

##### b.2) Plano de pensão – FAELCE--Continuação

Na opinião da Administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

#### Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 6.257 (R\$ 4.945 em 30 de setembro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

### 21. Taxas regulamentares

|  | 30/09/2012    |                | 31/12/2011    |                |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
|  | Circulante    | Não circulante | Circulante    | Não circulante |
| Programa de eficiência energética                                  | 14.340        | 12.123         | 16.603        | 4.083          |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento                             | 11.019        | 11.156         | 12.465        | 7.400          |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 240           | -              | 106           | -              |
| Ministério de Minas e Energia - MME                                | (254)         | -              | (321)         | -              |
| Reserva Geral de Reversão- RGE                                     | 11.390        | -              | 12.838        | -              |
| Conta de Consumo de Combustíveis -CCC                              | 5.012         | -              | 9.157         | -              |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                          | 1.858         | -              | 4.571         | -              |
| Encargo de Energia de Reserva - EER                                | 2.774         | -              | -             | -              |
| Encargos ex-isolados RN410   | 1.210         | -              | 1.298         | -              |
| Encargos emergenciais  | 2.467         | -              | 2.470         | -              |
| Taxa de fiscalização   | 376           | -              | 380           | -              |
|  | <b>50.432</b> | <b>23.279</b>  | <b>59.567</b> | <b>11.483</b>  |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **21. Taxas regulamentares--Continuação**

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida (definida nos termos da ANEEL) para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e EE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

O saldo negativo de MME se refere a valores pagos a maior e que poderão ser compensados posteriormente.

#### **Medida Provisória nº 579**

A Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, trará efeitos na redução dos encargos setoriais, extinguindo a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e da RGR (Reserva Global de Reversão), bem como reduzindo a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) a 25% de seu valor original.

Com o intuito de contemplar estas reduções nas tarifas já no início de 2013, a ANEEL realizará Revisões Tarifárias Extraordinárias em fevereiro daquele ano, tendo como efeito imediato uma redução de receita e despesa no mesmo montante, não afetando o resultado da Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 22. Outras obrigações

|                          | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------------|------------|------------|
| Arrecadação de terceiros | 928        | 1.044      |
| Adiantamento de clientes | 3.239      | 2.226      |
| Empréstimos compulsórios | 392        | 392        |
| Devolução a Prefeituras  | 3.583      | 4.388      |
| Uso mútuo de postes      | 2.599      | -          |
| Multas parceladas        | 30.586     | 3.507      |
| Outros                   | 1.978      | 480        |
| Total                    | 43.305     | 12.037     |
| Circulante               | 15.164     | 6.361      |
| Não circulante           | 28.141     | 5.676      |

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**

#### **b) Plano de Benefício Definido (BD)**

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- ▶ Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 30 de setembro de 2012, a companhia realizou 10 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$ 23.748 (R\$ 28.545 em 2011), sendo R\$ 11.874 (R\$ 11.418 em 2011) registrado no passivo circulante e R\$ 11.874 (R\$ 17.127 em 2011) no passivo não circulante.
- ▶ Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- ▶ Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

Total da despesa reconhecida no resultado:

|                                      | 30/09/2012 | 30/09/2011 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Custo do serviço corrente            | 896        | 1.151      |
| Custo dos juros                      | 54.473     | 50.443     |
| Retorno esperado dos ativos do plano | (60.321)   | (60.316)   |
| Total de despesas / (receitas)       | (4.952)    | (8.723)    |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

As principais premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação e vigentes em 31 de dezembro de 2011 são:

| Principais premissas atuariais   | 2011  |
|--|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 10,50%<br>inflação anual+desconto<br>1,77%a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano  | 11,10%  |
| Taxa do crescimento salarial   | 6,59% (empregados<br>participantes)           |
| Taxa de inflação esperada  | 4,5%  |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada                                  | 4,5%  |
| Taxa de rotatividade   | Nula  |
| Tábua geral de mortalidade ( $q_x$ )   | AT-2000 básica                                |
| Tábua de mortalidade de inválidos ( $q_x^i$ )  | $q_x$ da AT-49 (+6)                           |

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Companhia patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 - Benefícios Pós Emprego. Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Companhia é provável e quando for possível que a Companhia estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A administração da Companhia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2012, sejam de R\$ 12.292.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia, conforme demonstrado a seguir:

|                  | 31/12/2010         | 31/12/2011            |                          |            |                    | 30/09/2012            |                          |            |                    |
|------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|------------|--------------------|
|                  | Saldo<br>acumulado | Adições/<br>reversões | Atualização<br>monetária | Pagamentos | Saldo<br>acumulado | Adições/<br>reversões | Atualização<br>monetária | Pagamentos | Saldo<br>acumulado |
| Trabalhistas (a) | 18.197             | (1.424)               | 1.174                    | (3.630)    | 14.317             | 2.385                 | 2.498                    | (531)      | 18.669             |
| Cíveis (b)       | 38.110             | 8.015                 | 7.515                    | (1.972)    | 51.668             | 5.515                 | 13.518                   | (14.702)   | 55.999             |
| Fiscais (c)      | 4.952              | (82)                  | 333                      | (884)      | 4.319              | (5)                   | 264                      | (24)       | 4.554              |
| Total            | 61.259             | 6.509                 | 9.022                    | (6.486)    | 70.304             | 7.895                 | 16.280                   | (15.257)   | 79.222             |

#### a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a indenização por acidentes (R\$ 3.667), adicional de periculosidade (R\$ 2.572), responsabilidade solidária (R\$ 2.237), verbas rescisórias (R\$ 1.458), abono salarial (R\$ 857), reintegração (R\$ 848), diferenças salariais (R\$ 713), horas extras (R\$ 464), dano moral e material (R\$ 157), e outros processos trabalhistas (R\$ 5.696).

#### b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica (R\$ 16.870), ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal concedido através das Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986 (R\$ 6.227), multas regulatórias (R\$ 5.817), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 3.175).

O restante do valor constante na provisão (R\$ 23.910) subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

#### c) Riscos fiscais

A Companhia concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a Companhia efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela Companhia (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a Companhia está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Companhia entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão, em 31 de setembro de 2012 o valor envolvido é de R\$ 2.414.

#### Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

|                    | 30/09/2012     | 31/12/2011     |
|--------------------|----------------|----------------|
| Trabalhistas (a)   | 10.081         | 5.728          |
| Cíveis (b)         | 59.895         | 51.908         |
| Fiscais (c)        | 219.762        | 206.951        |
| Juizados especiais | 5.626          | 5.014          |
|                    | <b>295.364</b> | <b>269.601</b> |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **(a) Riscos trabalhistas**

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

##### **(b) Riscos cíveis**

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

##### **(c) Riscos fiscais**

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

##### **c.1) ICMS - Termo de acordo 035/91**

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **c.1) ICMS - Termo de acordo 035/91--Continuação**

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 17.511. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 09 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir.

##### **c.2) ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis**

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 12.235, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A Companhia impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.197, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **c.3) ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado**

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 3.999, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A Companhia recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011 a Companhia recebeu um auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor atualizado de R\$ 5.457. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

##### **c.4) ICMS - Transferência de créditos**

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$ 1.855. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à Companhia. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a Companhia ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$ 1.943. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **c.5) ICMS - Cancelamento de faturas**

Em 29 de novembro de 2006, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 23.298, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 28.468, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

##### **c.6) ISS - Município de Fortaleza**

A Companhia ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$ 4.645. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a Companhia tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a Companhia apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.314, sobre o mesmo tema. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **c.6) ISS - Município de Fortaleza--Continuação**

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 24.690 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos. Em 04 de julho de 2012, proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda. Em razão disto, em 09 de agosto de 2012, a Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento.

Em 07 de maio de 2010 a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.196, relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 2.805, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa

##### **c.7) ISS - Município de Iguatu**

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 2.680, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela Companhia. A Companhia apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### **c.8) ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda**

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 02 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 24.337, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A Companhia apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 07 de outubro de 2010 a Companhia apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A Companhia apresentou recurso especial e aguarda julgamento. Em 11 de julho de 2012 a Coelce recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial. A Companhia vai discutir o tema na esfera judicial.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 19.644. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25/05/2012, a Companhia apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento.

##### **c.9) PIS/IRPJ - Autos de infração**

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A Companhia apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a Companhia apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A Companhia permanece aguardando o julgamento do recurso apresentado no auto de infração de IRPJ.

O valor envolvido atualizado é de R\$ 3.618

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

###### **c.10) CSLL/IRPJ - Execução fiscal**

Em 19 de Janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a Companhia apresentou embargos a execução. Em 02 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas CDA's, sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Companhia apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$ 17.687.

Em 17 de junho de 2011 a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "Coelce Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10/07/2012 a Coelce foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16/08/2012 a Coelce apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$ 1.718.

Em 30 de maio de 2012 a Coelce recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 5.686.

Em 01 de agosto de 2012 a Coelce recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a Coelce aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 362.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **c) Riscos fiscais--Continuação**

##### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

###### **c.11) ICMS - Energia adquirida para consumo próprio**

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 a Companhia recebeu decisão que julgou o auto procedente. A Companhia apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$ 2.522.

Em 01 de agosto de 2012, a Coelce recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a Companhia apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 2.305.

###### **c.12) ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais**

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A Companhia apresentou Recurso Voluntário e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 1.888

##### **Ativo contingente**

A Companhia impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A Companhia obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito a ser compensado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

|                       | 30/09/2012<br>(Em unidades) | 31/12/2011<br>(Em unidades) |
|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ações Ordinárias      | 48.067.937                  | 48.067.937                  |
| Ações Preferenciais A | 28.252.700                  | 28.216.201                  |
| Ações Preferenciais B | 1.534.662                   | 1.571.161                   |
| Total                 | <u>77.855.299</u>           | <u>77.855.299</u>           |

|                                  | Ações ordinárias<br>(em unidades) |         | Ações preferenciais (em unidades) |         |           |         |            |         | Total (em unidades) |         |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------|-----------------------------------|---------|-----------|---------|------------|---------|---------------------|---------|
|                                  | Total (I)                         |         | Classe A                          |         | Classe B  |         | Total (II) |         | (I) + (II)          |         |
|                                  |                                   |         |                                   |         |           |         |            |         |                     |         |
| Investluz S.A.                   | 44.061.433                        | 91,66%  | -                                 | -       | -         | -       | -          | -       | 44.061.433          | 56,60%  |
| Eletrobras                       | -                                 | -       | 3.967.756                         | 14,04%  | 1.531.141 | 99,77%  | 5.498.897  | 18,46%  | 5.498.897           | 7,06%   |
| Endesa Brasil S.A.               | -                                 | -       | 1.770.000                         | 0,0626  | -         | -       | 1.770.000  | 5,94%   | 1.770.000           | 2,27%   |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 1.797.000                         | 3,74%   | 9.596.595                         | 33,98%  | 24        | 0,00%   | 9.596.619  | 32,21%  | 11.393.619          | 14,64%  |
| Fundos de Pensão                 | 921.603                           | 1,92%   | 4.040.734                         | 0,143   | -         | -       | 4.040.734  | 13,57%  | 4.962.337           | 6,37%   |
| Outros                           | 1.287.901                         | 2,68%   | 8.877.615                         | 31,42%  | 3.497     | 0,23%   | 8.881.112  | 29,82%  | 10.169.013          | 13,06%  |
| Total de ações                   | 48.067.937                        | 100,00% | 28.252.700                        | 100,00% | 1.534.662 | 100,00% | 29.787.362 | 100,00% | 77.855.299          | 100,00% |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

#### c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de lucro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva de lucro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### d) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou em 30 de setembro de 2012 o valor de R\$ 37.231 (R\$ 77.803 em 31 de dezembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicado a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de ágio

Essa reserva no montante de R\$ 221.188 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 10.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

g) Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"), o qual determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 26. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 por ação.

|  | 30/09/2012 | 30/09/2011 |
|--|------------|------------|
| Lucro do período                         | 281.916    | 336.469    |
| Lucro atribuível às ações ordinárias     | 174.055    | 207.736    |
| Nº de ações ordinárias (em unidades)     | 48.067.937 | 48.067.937 |
| Lucro básico e diluído em reais por ação | 3,62       | 4,32       |



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **26. Lucro por ação--Continuação**

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil e novecentos e trinta e sete) ações ordinárias e 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e setecentas) ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

O lucro por ação, básico e diluído, da Companhia é de R\$ 3,62 (três reais e sessenta e dois centavos) em 30 de setembro de 2012, R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos) até 30 de setembro de 2011). Não existe diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

|  | Nº de consumidores |                  | MWh              |                  | R\$              |                  |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | Não auditado       |                  | Não auditado     |                  |                  |                  |
|  | 30/09/2012         | 30/09/2011       | 30/09/2012       | 30/09/2011       | 30/09/2012       | 30/09/2011       |
| Fornecimento faturado  |                    |                  |                  |                  |                  |                  |
| Residencial normal   | 1.207.665          | 1.207.422        | 1.535.149        | 1.034.936        | 839.504          | 669.702          |
| Residencial baixa renda  | 1.201.493          | 1.184.336        | 947.163          | 628.672          | 243.431          | 296.416          |
| Industrial   | 5.880              | 5.872            | 893.833          | 598.580          | 308.741          | 323.557          |
| Comércio, serviços e outros                                    | 168.177            | 166.990          | 1.357.869        | 905.367          | 613.889          | 576.153          |
| Rural  | 416.473            | 410.012          | 790.969          | 492.451          | 161.881          | 126.333          |
| Poder público  | 31.623             | 31.399           | 397.976          | 263.506          | 168.309          | 154.586          |
| Iluminação pública   | 1.962              | 1.956            | 209.248          | 137.374          | 65.373           | 92.808           |
| Serviços públicos  | 8.969              | 8.871            | 320.897          | 212.470          | 92.161           | 60.683           |
|  | <b>3.042.242</b>   | <b>3.016.858</b> | <b>6.453.104</b> | <b>4.273.356</b> | <b>2.493.289</b> | <b>2.300.238</b> |
| (+) Estorno provisão refaturamento prefeituras                 |                    |                  |                  |                  |                  |                  |
| Fornecimento não faturado                                      | -                  | -                | -                | -                | 4.560            | 1.569            |
| Consumidores, concessionários e permissionários                |                    |                  |                  |                  | <b>2.497.849</b> | <b>2.301.807</b> |
| Subvenção baixa renda  | -                  | -                | -                | -                | 202.056          | 153.261          |
| Energia elétrica de curto prazo                                | -                  | -                | -                | -                | 25.503           | 10.774           |
| Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda    | 41                 | 29               | -                | -                | 89.760           | 97.025           |
| Receita de construção  | -                  | -                | -                | -                | 108.635          | 142.011          |
| Outras receitas  | -                  | -                | -                | -                | 44.083           | 30.548           |
| Receita operacional bruta                                      |                    |                  |                  |                  | <b>2.967.886</b> | <b>2.735.426</b> |
| (-) Deduções da receita  |                    |                  |                  |                  |                  |                  |
| ICMS   | -                  | -                | -                | -                | (577.228)        | (525.034)        |
| COFINS   | -                  | -                | -                | -                | (107.897)        | (109.246)        |
| PIS  | -                  | -                | -                | -                | (23.378)         | (23.589)         |
| RGR - Quota para reserva global de reversão                    | -                  | -                | -                | -                | (32.558)         | (29.093)         |
| CCC - Conta de consumo de combustível                          | -                  | -                | -                | -                | (61.688)         | (78.263)         |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | -                  | -                | -                | -                | (16.063)         | (17.606)         |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita                | -                  | -                | -                | -                | (21.844)         | (20.769)         |
| Total de deduções de receita                                   |                    |                  |                  |                  | <b>(840.656)</b> | <b>(803.600)</b> |
| Total receita líquida  | <b>3.042.283</b>   | <b>3.016.887</b> | <b>6.453.104</b> | <b>4.273.356</b> | <b>2.127.230</b> | <b>1.931.826</b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 28. Compra e venda de energia na CCEE

Nos nove primeiros meses de de 2012, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| Compra              | 30/09/2012            |                 | 30/09/2011            |                 |
|---------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|
|                     | MWh<br>(Não auditado) | R\$             | MWh<br>(Não auditado) | R\$             |
| Compra de energia   | (175.664)             | (43.794)        | 109.930               | (16.943)        |
| Ajustes financeiros | -                     | (35.415)        | -                     | -               |
|                     | <b>(175.664)</b>      | <b>(79.209)</b> | <b>109.930</b>        | <b>(16.943)</b> |

  

| Venda               | 30/09/2012            |               | 30/09/2011            |               |
|---------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|                     | MWh<br>(Não auditado) | R\$           | MWh<br>(Não auditado) | R\$           |
| Venda de energia    | 89.673                | 32.596        | 482.224               | 9.125         |
| Ajustes financeiros | -                     | (7.093)       | -                     | 1.649         |
|                     | <b>89.673</b>         | <b>25.503</b> | <b>482.224</b>        | <b>10.774</b> |

### 29. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Descrição                                      | 30/09/2012         |                   |                                   |                              |                    | 30/09/2011         |
|--|--------------------|-------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|
|  | Custo do serviço   | Despesa de vendas | Despesas gerais e administrativas | Outras despesas operacionais | Total              | Total              |
| Pessoal  | (66.978)           | -                 | (27.535)                          | -                            | (94.513)           | (79.771)           |
| Material                                       | (9.936)            | (13)              | (245)                             | -                            | (10.194)           | (8.884)            |
| Serviços de terceiros                          | (129.200)          | (4.671)           | (27.791)                          | -                            | (161.662)          | (133.618)          |
| Energia elétrica comprada para revenda         | (1.050.097)        | -                 | -                                 | -                            | (1.050.097)        | (880.168)          |
| Encargos do uso do sistema de transmissão      | (104.153)          | -                 | -                                 | -                            | (104.153)          | (87.543)           |
| Depreciação e amortização                      | (84.135)           | -                 | (1.261)                           | -                            | (85.396)           | (98.847)           |
| Custo na desativação de bens                   | (4.123)            | -                 | -                                 | -                            | (4.123)            | (7.660)            |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | -                  | (17.529)          | -                                 | -                            | (17.529)           | (11.380)           |
| Taxa de fiscalização da ANEEL                  | -                  | -                 | -                                 | (3.421)                      | (3.421)            | (3.382)            |
| Custo de construção                            | (108.635)          | -                 | -                                 | -                            | (108.635)          | (142.011)          |
| Provisão para contingências                    | -                  | -                 | -                                 | (7.895)                      | (7.895)            | (6.712)            |
| Outras despesas operacionais                   | (8.607)            | (3)               | (5.560)                           | (10.571)                     | (24.741)           | (21.076)           |
| Total  | <b>(1.565.864)</b> | <b>(22.216)</b>   | <b>(62.392)</b>                   | <b>(21.887)</b>              | <b>(1.672.359)</b> | <b>(1.481.052)</b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 29. Custos e despesas operacionais--Continuação

| Despesa de pessoal                          | 30/09/2012 | 30/09/2011 |
|---|------------|------------|
| Remuneração                                 | (57.328)   | (52.349)   |
| Encargos sociais                            | (24.560)   | (22.457)   |
| Provisão de férias e décimo                 | (9.678)    | (8.304)    |
| Plano de saúde                              | (6.591)    | (6.192)    |
| Auxílio alimentação e outros benefícios     | (8.955)    | (7.874)    |
| Participação nos resultados                 | (8.411)    | (6.452)    |
| Previdência privada                         | (4.544)    | (4.383)    |
| Outros                                      | (222)      | (166)      |
| (-) Transferências para intangível em curso | 25.776     | 28.406     |
| Total                                       | (94.513)   | (79.771)   |

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

|  | 30/09/2012  | 30/09/2011 |
|--|-------------|------------|
| Energia elétrica comprada para revenda                 |             |            |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A.- CGTF  | (346.554)   | (350.453)  |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS                        | (102.329)   | (96.030)   |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF       | (65.796)    | (76.983)   |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP                | (47.070)    | (46.685)   |
| Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras                    | (40.994)    | (41.801)   |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | (31.423)    | (31.786)   |
| Copel Geração S.A- COPEL                               | (30.957)    | (28.002)   |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A                      | (28.849)    | (28.143)   |
| Tractebel Energia S.A                                  | (23.840)    | (22.747)   |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE   | (79.209)    | (16.943)   |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA        | (32.533)    | (25.955)   |
| Contratos por disponibilidade (*)                      | (84.925)    | (34.624)   |
| Outros   | (135.618)   | (80.016)   |
| Subtotal   | (1.050.097) | (880.168)  |
| Encargos de uso do sistema de transmissão              |             |            |
| Rede básica  | (95.908)    | (84.013)   |
| Encargos de uso do sistema                             | (8.245)     | (3.530)    |
| Subtotal   | (104.153)   | (87.543)   |

(\*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

|  | 30/09/2012 | 30/09/2011 |
|--|------------|------------|
| Receitas financeiras   |            |            |
| Renda de aplicações financeiras  | 28.196     | 14.223     |
| Acréscimo moratório em conta de energia                                | 31.527     | 28.064     |
| Receita ativo indenizável  | 2.650      | 2.129      |
| Correção de depósitos judiciais  | 555        | 3.117      |
| Variações monetárias diversas  | 4.492      | 2.479      |
| Outras receitas financeiras  | 7.676      | 1.138      |
| Total  | 75.096     | 51.150     |
| Despesas financeiras   |            |            |
| Variações monetárias   | (18.630)   | (15.603)   |
| Encargos de dívidas  | (60.519)   | (51.868)   |
| Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (16.280)   | (4.398)    |
| Atualizações de impostos e multas                                      | (7.577)    | (8.366)    |
| Custo de transação   | (1.479)    | (1.327)    |
| Correção P&D/PEE   | (552)      | (2.314)    |
| IOF  | (282)      | (2.306)    |
| Comissão - Banco   | (4.494)    | (4.886)    |
| Multas   | (23.233)   | (1.900)    |
| Indenização DIC/FIC  | (1.808)    | (3.040)    |
| Outras despesas financeiras  | (7.284)    | (5.845)    |
| Total  | (142.138)  | (101.853)  |
| Resultado financeiro   | (67.042)   | (50.703)   |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

| <b>Descrição</b>                                 | <b>30/09/2012</b> | <b>%</b>       | <b>30/09/2011</b> | <b>%</b> |
|--|-------------------|----------------|-------------------|----------|
| Lucro antes do IRPJ e CSLL                       | 387.829           | 100%           | 400.071           | 100%     |
| <b>Alíquota nominal</b>                          | <b>131.862</b>    | <b>34%</b>     | 136.024           | 34%      |
| <b>Adições permanentes</b>                       |                   |                |                   |          |
| Participações nos lucros (Administradores)       | 1.132             | 0,86%          | 1.724             | 1,27%    |
| Despesas indedutíveis - Multas                   | 5.270             | 4,00%          | -                 | 0,00%    |
| Doações não dedutíveis                           | 19                | 0,01%          | (14)              | -0,01%   |
|  | <b>6.421</b>      |                | 1.724             |          |
| <b>Exclusões Permanentes</b>                     |                   |                |                   |          |
| Reversão da provisão do ágio                     | (5.198)           | -3,94%         | (5.680)           | -4,18%   |
|  | <b>(5.198)</b>    |                | (2.754)           |          |
| <b>Deduções Permanentes</b>                      |                   |                |                   |          |
| Lucro da exploração                              | (38.770)          | -29,40%        | (64.965)          | -47,76%  |
| Incentivo fiscal do PAT                          | (353)             | -0,27%         | (2.526)           | -1,86%   |
| Adicional do IRPJ                                | (18)              | -0,01%         | (18)              | -0,01%   |
|  | <b>(39.141)</b>   |                | (67.409)          |          |
| <b>Outros ajustes</b>                            |                   |                |                   |          |
| Ajustes GAAP                                     | 9.885             | 7,50%          | 4.155             | 3,05%    |
| Ajustes  | 2.084             | 1,58%          | (5.058)           | -3,75%   |
|  | <b>11.969</b>     |                | (943)             |          |
| IRPJ/CSL diferidos no resultado (despesa)        | (62.729)          | -16,17%        | (1.745)           | -0,44%   |
| IRPJ/CSL diferidos - Ágio no resultado (despesa) | (7.876)           | -2,03%         | (8.606)           | -2,15%   |
| IRPJ/CSL corrente no resultado (despesa)         | (35.308)          | -9,10%         | (53.251)          | -13,31%  |
| <b>Alíquota efetiva</b>                          | <b>(105.913)</b>  | <b>-27,31%</b> | (63.602)          | -16,40%  |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **31. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

De acordo com o Ato Declaratório Executivo nº 01 de 5 de janeiro de 2009, a Companhia faz jus à redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0170/2007, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - MI (ADENE) apresentado nas páginas 5 a 7, estabelecendo as condições e exigências para o gozo do benefício.

O Laudo Constitutivo 0170/2007, foi expedido com base no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, reconhecendo para o benefício a condição onerosa atendida: Modernização total de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme art. 2º, inciso I do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado no exercício, com início de fruição do benefício no ano-calendário 2007 e término do prazo no ano-calendário de 2016.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

### **32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

#### **Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

#### a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Em 30 de setembro de 2012, a companhia mantinha apenas 0,67% da sua dívida indexada em moeda estrangeira e exposta à variação cambial.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que estão expostos à variação cambial:

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

|                         | Passivo    |            |
|-------------------------|------------|------------|
|                         | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
| Dólares norte-americano | 6.337      | 6.065      |



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### a) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso a variação da taxa de câmbio do 3º trimestre de 2012 fosse igual à esperada para o 4º trimestre do mesmo ano, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

| <u>30/09/2012</u>       | <u>Aumento/redução<br/>em pontos base</u> | <u>No resultado</u> | <u>No patrimônio<br/>líquido</u> |
|-------------------------|---|---------------------|----------------------------------|
| Dólares norte-americano | 1,24%                                     | (78)                | (78)                             |

##### b) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

##### c) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "covenants" financeiros.

##### e) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras detalhadas as Notas 4 e 5, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

|   | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|---|------------|------------|
| Dívida (i)  | 945.629    | 1.095.446  |
| Caixa e equivalente de caixa + Aplicações financeiras | (412.524)  | (328.200)  |
| Dívida líquida (a)                                    | 533.105    | 767.246    |
| Patrimônio líquido (b)                                | 1.569.326  | 1.471.022  |
| Índice de endividamento líquido (a/[a+b])             | 25%        | 34%        |

(i) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, vide maiores detalhes nas Notas 18 e 19.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### f) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*swap*” contra este risco, entretanto monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação do 3º trimestre de 2012 fosse igual à esperada para 4ª trimestre do mesmo ano, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

| 30/09/2012           | Aumento/redução<br>em pontos base | Efeitos      |                       |
|----------------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
|                      |                                   | No resultado | No patrimônio líquido |
| Passivos financeiros |                                   |              |                       |
| CDI                  | 1,36%                             | 94           | 94                    |
| IPCA                 | (0,44%)                           | 185          | 185                   |
| IGPM                 | (2,33%)                           | 56           | 56                    |

##### g) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

|  | Menos de<br>um mês | De um a<br>três meses | De três<br>meses a<br>um ano | De um a<br>cinco anos | Mais de<br>cinco anos | Total     |
|--|--------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|
| 30 de setembro de 2012                   |                    |                       |                              |                       |                       |           |
| Empréstimos e financiamentos pré-fixados | 6.626              | 11.884                | 39.858                       | 167.059               | 58.167                | 283.594   |
| Empréstimos e financiamentos pós-fixados | 9.013              | 17.501                | 58.100                       | 74.785                | 8.344                 | 167.743   |
| Debêntures                               | 25.876             | -                     | 74.772                       | 398.957               | 235.057               | 734.662   |
|  | 41.515             | 29.385                | 172.730                      | 640.801               | 301.568               | 1.185.999 |
| 31 de dezembro de 2011                   |                    |                       |                              |                       |                       |           |
| Empréstimos e financiamentos pré-fixados | 5.080              | 11.011                | 47.124                       | 186.874               | 72.729                | 322.818   |
| Empréstimos e financiamentos pós-fixados | 9.337              | 18.304                | 97.285                       | 132.181               | 8.620                 | 265.727   |
| Debêntures                               | -                  | -                     | 104.342                      | 468.173               | 226.951               | 799.466   |
|  | 14.417             | 29.315                | 248.751                      | 787.228               | 308.300               | 1.388.011 |

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela demonstrando a posição contratada em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

|            | Conta garantida | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|------------|-----------------|------------|------------|
| Contratada |                 | 100.000    | 100.000    |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

#### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

|  | Categoria                         | Nível | 30/09/2012 |             | 31/12/2011 |             |
|--|-----------------------------------|-------|------------|-------------|------------|-------------|
|  |                                   |       | Contábil   | Valor justo | Contábil   | Valor justo |
| Ativo  |                                   |       |            |             |            |             |
| Caixa e equivalente de caixa                     | Valor justo por meio de resultado | 2     | 150.018    | 150.018     | 187.476    | 187.476     |
| Aplicações financeiras                           | Valor justo por meio de resultado | 2     | 262.506    | 262.506     | 140.724    | 140.724     |
| Cauções e depósitos vinculados                   | Empréstimos e recebíveis          | 2     | 77.257     | 77.257      | 74.666     | 74.666      |
| Consumidores, concessionários e permissionários  | Empréstimos e recebíveis          | 2     | 520.082    | 520.082     | 441.706    | 441.706     |
| Ativo indenizável (concessão)                    | Empréstimos e recebíveis          | 2     | 430.264    | 430.264     | 203.980    | 203.981     |
| Passivo  |                                   |       |            |             |            |             |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional   | Outros passivos financeiros       | 2     | 379.239    | 380.117     | 473.592    | 474.471     |
| Debêntures em moeda nacional                     | Outros passivos financeiros       | 2     | 560.053    | 563.518     | 588.677    | 593.343     |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Outros passivos financeiros       | 2     | 6.337      | 6.051       | 22.358     | 22.266      |
| Instrumntos financeiros derivativos              | Outros passivos financeiros       | 2     | -          | -           | 10.819     | 10.820      |
| Fornecedores                                     | Empréstimos e recebíveis          | 2     | 175.316    | 175.316     | 184.662    | 184.662     |

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

#### Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia que fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

##### ► **Nível 1**

Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**

#### **Fatores de risco--Continuação**

##### **g) Risco de liquidez--Continuação**

#### **Valor justo hierárquico--Continuação**

##### **► Nível 2**

Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

##### **► Nível 3**

Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

#### **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

#### **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008--Continuação**

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros:

| <b>Indexador do Contrato</b> | <b>30/09/2012</b> | <b>Cenário + 25%</b> | <b>Cenário + 50%</b> |
|------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| IPCA                         | 41.274            | 45.462               | 49.604               |
| CDI                          | 13.949            | 16.898               | 19.802               |
| TJLP                         | 10.751            | 12.272               | 13.775               |
| FIXO                         | 14.986            | 14.986               | 14.986               |
| IGPM                         | 2.870             | 3.174                | 3.473                |
| Dólares norte-americano      | 938               | 2.387                | 3.592                |
| TR                           | 43                | 43                   | 43                   |
| Total                        | 84.811            | 95.222               | 105.255              |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

| MR\$                                | Vigência | 2012    | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | após 2016  |
|-------------------------------------|----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Endesa Fortaleza-CGTF               | até 2023 | 120.731 | 513.467   | 528.451   | 546.447   | 571.491   | 4.734.369  |
| Proinfa                             | até 2025 | 10.857  | 45.167    | 46.973    | 48.852    | 50.806    | 559.178    |
| Energy Works                        | até 2013 | 7       | 27        | -         | -         | -         | -          |
| Eólica - Wobben                     | até 2018 | 1.872   | 4.485     | 4.596     | 4.731     | 4.901     | 10.444     |
| 1º LEE - Produto 2005               | até 2012 | 62.721  | 223.119   | 231.274   | 238.036   | 248.236   | 1.094.087  |
| 1º LEE - Produto 2006               | até 2013 | 56.529  | 202.467   | 209.796   | 215.698   | 224.941   | 1.264.343  |
| 1º LEE - Produto 2007               | até 2014 | 12.936  | 49.180    | 50.377    | 49.903    | 52.041    | 358.183    |
| 2º LEE - Produto 2008               | até 2015 | 13.173  | 50.495    | 52.515    | 54.615    | 56.955    | 466.748    |
| 4º LEE - Produto 2009               | até 2016 | 2.171   | 17.370    | 18.064    | 18.787    | 19.592    | 187.370    |
| 1º LEN - Produto 2008               | até 2037 | 6.083   | 28.809    | 29.832    | 30.892    | 32.076    | 305.445    |
| 1º LEN - Produto 2009               | até 2038 | 6.855   | 34.387    | 35.602    | 36.860    | 38.267    | 376.842    |
| 1º LEN - Produto 2010               | até 2039 | 24.513  | 102.811   | 106.663   | 110.661   | 115.124   | 2.719.716  |
| 2º LEN - Produto 2009               | até 2038 | 11.419  | 52.149    | 54.144    | 56.216    | 58.527    | 1.525.133  |
| 3º LEN - Produto 2011               | até 2040 | 18.757  | 78.837    | 81.787    | 84.849    | 88.266    | 2.231.470  |
| 5º LEE - Produto 2007               | até 2014 | 360     | 2.029     | 2.110     | 2.195     | 2.289     | 15.752     |
| 4º LEN - Produto 2010               | até 2024 | 1.343   | 11.759    | 12.170    | 12.596    | 13.073    | 122.228    |
| 5º LEN - Produto 2012               | até 2041 | 18.639  | 107.669   | 111.605   | 115.686   | 120.245   | 2.633.849  |
| Leilão Santo Antônio - Produto 2012 | até 2041 | 119     | 11.119    | 29.446    | 45.927    | 49.625    | 2.144.919  |
| Leilão Jirau - Produto 2013         | até 2042 | -       | 4.840     | 9.395     | 13.677    | 16.947    | 779.361    |
| 6º LEN - Produto 2011               | até 2025 | 255     | 4.715     | 4.880     | 5.051     | 5.242     | 56.140     |
| 7º LEN - Produto 2013               | até 2042 | -       | 63.250    | 65.472    | 67.773    | 70.346    | 1.016.787  |
| Leilão Belo Monte                   | até 2044 | -       | -         | -         | 3.039     | 52.752    | 7.618.378  |
| 10º Leilão de Energia Nova          | até 2045 | -       | -         | -         | 18.301    | 19.085    | 989.791    |
| 11º Len - Produto 2015              | até 2044 | -       | -         | -         | 34.976    | 36.475    | 1.891.637  |
| 12º LEN Produto 2014                | até 2043 | -       | -         | 90.338    | 104.086   | 108.097   | 2.916.089  |
| Total                               |          | 369.343 | 1.608.150 | 1.775.492 | 1.919.853 | 2.055.399 | 36.018.259 |

LEE - Leilão de Energia Existente.  
LEN - Leilão de Energia Nova.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

### 34. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 8.411 (R\$ 6.452 em setembro de 2011).



## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 35. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 551.221, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 749.542 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 46.681. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 234.165 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de julho de 2011 a 31 de outubro de 2012.

| Riscos                       | Data de vigência |            | Importância<br>segurada | Limite<br>máximo<br>de garantia<br>por sinistro |
|------------------------------|------------------|------------|-------------------------|---|
|                              | De               | Até        |                         |   |
| Risco operacional            | 01/07/2011       | 31/10/2012 | 551.221                 | 46.681  |
| Responsabilidade civil geral | 01/07/2011       | 31/10/2012 | N/A                     | 234.165   |